



POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS DE CRIANÇAS EM PRAÇAS, NA CIDADE DE ARARAS

Cathia Alves

Faculdade de Americana – Brasil

Ana Rosa Câmara

Camila Geraldin

Centro Universitário Hermínio Ometto – Brasil

Ida Carneiro Martins

Universidade Nove de Julho – Brasil

Resumo: Este trabalho combinou três tipos de pesquisa: de campo, bibliográfica e documental. Teve como objetivo identificar as práticas do jogo, das brincadeiras e do contato com os brinquedos realizadas por crianças como forma de lazer em praças e as ações públicas em torno desses elementos. Para tal, elegemos duas praças públicas numa cidade do interior do Estado de São Paulo. O estudo apontou que as praças são utilizadas como equipamento de lazer, pois se trata de um espaço significativo para a população desfrutar vivências lúdicas e uma opção mais segura para vivências dos jogos e das brincadeiras. Destacamos as seguintes brincadeiras: pipa, futebol, brincadeira de casinha, “reba”, bingo, entre outras. Detectamos também a ausência de políticas públicas, pois os equipamentos das praças encontram-se em estado de abandono e não existe intervenção profissional nas ações.

Palavras-chave: jogos e brincadeiras; lazer; praças públicas.

INTRODUÇÃO

Quando se abordam aspectos relacionados ao lazer, é necessário compreender o seu significado de maneira ampla. Segundo Marcellino (2000), para muitas pessoas, o conceito do lazer é associado com atividades recreativas, eventos de massa ou um “tempo livre” para realizar qualquer tipo de atividade. Dessa forma, o simples fato de realizar alguma atividade prazerosa já se tornaria lazer.

Entretanto, compreendemos o lazer como um fenômeno historicamente construído que sempre existiu. Apesar de divergências de opinião quanto ao seu surgimento, é um elemento que ganha novas características na sociedade atual (MARCELLINO, 2008b). Pautamos o entendimento na descrição de Marcellino (2008a, 2008b) que apresenta o lazer como uma manifestação cultural educativa que contribui para a formação de valores questionadores das “mazelas” do cotidiano, provocadas por diversos elementos, como o econômico, social, cultural e moral. Dessa forma, pensar lazer é sistematizá-lo por meio de um tempo disponível, uma atitude descompromissada, de “livre” escolha, num local e espaço favoráveis à realização do interesse do indivíduo, seja para atividade, o conhecimento ou contemplação, em busca de gerar novos valores.

O aspecto tempo tem um grande significado em relação ao lazer para as crianças, pois as atividades delas não deveriam ser divididas em obrigatórias e não obrigatórias (SILVA; MARCELLINO, 2006). As crianças poderiam ter “liberdade” para brincar e realizar seus compromissos de forma prazerosa, mas o que ocorre é que o tempo da criança sofre as mesmas determinações do tempo de um indivíduo adulto, que se divide, geralmente, entre o trabalho e as obrigações familiares, sociais, religiosas etc., e ainda procura encontrar tempo disponível para o lazer. Em geral, a criança acaba sofrendo a mesma lógica, pois é obrigada a se preparar para um futuro desconhecido, tendo muitas vezes o seu tempo de lazer e de ludicidade furtado por obrigações.

Na manifestação do lazer, a criança pode encontrar várias formas de vivenciar o prazer, a diversão, a espontaneidade e a criatividade essencialmente pela expressão privilegiada do lúdico nesses momentos; e entre essas formas, ocorrem as práticas do jogo, das brincadeiras e do contato com os brinquedos.

O lúdico nesse sentido é compreendido como expressão de alegria, tensão, prazer, relaxamento que pode ocorrer em qualquer tempo, sem restrição específica de uma única atividade, encontrando, no lazer, formas favorecidas de se manifestar. Como brincadeira e brinquedo se assemelham historicamente, o jogo é quase um sinônimo dessas atividades.

Para Marcellino (2005), o lúdico não encerra um fim em si mesmo e conceituá-lo é uma busca de caça-palavras. Assim, o autor compreende que essa manifestação pode ocorrer em qualquer tempo e lugar, tendo o lazer como possibilidade privilegiada de sua ocorrência.

O jogo é vivenciado de várias maneiras e com diferentes interpretações, porém, para ser acatado como tal, ele deve ter regras e ser praticado voluntariamente, pois, quando imposto, deixa de ser jogo. Já a brincadeira tem regras internas e ocultas, e

apenas a criança sabe como lidar com elas. A criança brinca e pronto, sem preocupar-se com os benefícios que a brincadeira provoca (KISHIMOTO, 1998).

A brincadeira é determinada de acordo com o que a criança idealiza, e ela vai encaminhando regras no decorrer do brincar. Quanto ao brinquedo, ele é usado nas brincadeiras como suporte; caso não sirva, passa a ser meramente um objeto (KISHIMOTO, 1998). O brinquedo é uma das formas usadas pelas crianças para brincar e fazer seus jogos; trata-se do elemento em que a criança se apoia para o desenvolvimento da brincadeira.

Brinquedos, brincadeiras e jogos são maneiras de vivenciar o lúdico que podem acontecer no tempo de lazer, promovendo divertimento e prazer e contribuindo para a educação num tempo de não obrigatoriedade.

Assim, para compreendermos melhor a relação entre lazer, jogo, brincadeira e brinquedo na infância, formulamos os seguintes questionamentos:

- Como as crianças desfrutam seu tempo de lazer?
- Que locais as crianças usam para realizar suas atividades não obrigatórias?
- Será que se apropriam de praças para tal ocorrência?

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi identificar as práticas de jogos, brinquedos e brincadeiras realizadas por crianças como forma de lazer no ambiente público/fora da escola e como elas se organizam nessas atividades.

Nessa ótica, compreender “o lazer como espaço privilegiado para manifestação do lúdico na nossa sociedade não significa absolutizá-lo ou, menos ainda, considerá-lo como único” (MARCELLINO, 2008b, p. 14). Na sociedade atual, o lazer é um tempo e espaço favoráveis para ocorrência do lúdico, mas não é momento único e restrito.

Dessa forma, o ambiente da rua e das praças pode ser considerado um espaço para as crianças brincarem. Ainda que as ruas sejam, muitas vezes, perigosas por causa da crescente urbanização ou da falta de segurança, notamos que, em alguns lugares, como bairros isolados com menor movimentação no trânsito, cultura local e menos violentos, a prática do brincar em espaços públicos ainda ocorre.

Portanto, o lazer pode ocorrer em diferentes ambientes, inclusive em praças públicas, e atender a todos os aspectos e características. Com base nesses argumentos, desenvolvemos esta pesquisa cujo objetivo foi observar o momento de lazer de crianças em duas praças públicas, numa cidade do interior do Estado de São Paulo. Partimos de um roteiro preestabelecido em que se utilizou um diário de campo como principal recurso da técnica de coleta – a observação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, utilizaram-se três tipos de pesquisa: bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica pode ser considerada como ascensão de bibliografias já divulgadas, com a finalidade de orientar o pesquisador sobre o tema de estudo em forma de livros, revistas etc. Propicia ao pesquisador um novo rumo com conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 1992, 1996). Nessa etapa, utilizamos as seguintes palavras-chave: jogos, brincadeiras e brinquedos; crianças; praças públicas; lazer.

Quanto à pesquisa documental, seguimos a técnica de Gil (1999) composta de três fases: pré-análise, exploração dos materiais e tratamento de dados, interferência e interpretação. Buscaram-se informações de documentos sobre a construção e as reformas de praças públicas na prefeitura da cidade, suas estruturas e características, assim como leis e publicações sobre esses ambientes, além de informações sobre as políticas públicas de lazer na cidade referentes a ações e planos para as crianças.

Encontramos poucos e raros documentos com essas características. Constatou-se que não há uma ação setorial, pois as demais secretarias não souberam dar informações sobre as praças e suas respectivas atividades. E a Secretaria de Esportes afirmou que esses locais são equipados para uso público, entretanto não há ações e planos para a comunidade.

Nesse sentido, percebemos que as praças localizadas em áreas periféricas que são equipadas e em ruas não tão urbanizadas denotam um espaço significativo em que a população desfruta vivências lúdicas de lazer por organização própria, sem intervenção pedagógica dos setores políticos.

A cidade investigada neste estudo tem 355 praças, subdivididas em áreas verdes, praças esportivas e canteiros. A primeira praça fundada na cidade foi a Praça Barão de Araras, considerada uma das maiores do país, pois apresenta uma área de 40 mil metros quadrados, totalmente arborizada (FAVETTA; SCHICCHI, 2012).

Segundo Favetta e Schicchi (2012), a cidade desenvolveu-se a partir dessa praça, pois foi uma irradiação do “pátio grande”, ou seja, a partir dessa área, ocorreram as subdivisões em quadras. É possível afirmar que esse fato justifica a concentração dos patrimônios tombados nas quadras próximas à praça central.

Os autores apontam que, a partir de 1939, várias reformas passaram a acontecer nas praças da cidade. Para este estudo, foram selecionadas duas praças:

- A praça A está localizada no bairro Jardim Bela Vista com área de 6.975,02 m², cuja estrutura é composta por duas quadras esportivas e um campo com terra batida. Os equipamentos estão todos quebrados, como cesta, trave e grade protetora. Além disso, a situação do piso das quadras é bem precária e a pintura está toda descascada.
- A praça B está localizada no bairro Conjunto Habitacional Narciso Gomes com área de 19.415,82 m². Construída no canteiro central da Avenida Castelo Branco, é composta por quadra esportiva, longo gramado e quiosque. Os equipamentos de grade de segurança e a cesta de basquete estão deteriorados, e o piso da quadra e a pintura estão desgastados. Apenas a trave do futebol está conservada.

No que se refere ao método da pesquisa de campo, o estudo é descritivo, pois tem como finalidade a definição das características de determinado fenômeno, população ou estabelecimento de relações entre variáveis. Tem como essência a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (GIL, 1999).

Os dados foram coletados por meio de observação direta e participante (nesse caso, como a premissa era inserir-se no local, os pesquisadores não realizaram nenhum tipo de intervenção nem questionaram os sujeitos investigados), com um roteiro e diário de campo com categorias de análise definidas com base na revisão bibliográfica, tais como caracterização do local, do público e das atividades realizadas; formas de comportamento e organização; tipos de jogos e brincadeiras; e presença de brinquedos.

Realizaram-se seis observações no período de férias e seis em não férias, em diferentes dias, como fins de semana no período da tarde e no período noturno, aproximadamente com duração de uma hora e meia.

Foram observadas 30 crianças, 18 do sexo masculino e 12 do feminino, com faixas etárias variadas. Para a pesquisa, considerou-se a faixa etária dos 6 aos 12 anos. Geralmente, o público participante era sempre o mesmo, com ausência de uma ou outra criança.

A cidade selecionada para o estudo tem uma população estimada de 118.843 habitantes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,82 e taxa de 100% de alfabetismo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Os resultados foram tratados por meio de análise qualitativa, considerando todo processo de desenvolvimento do estudo, desde a análise bibliográfica até as observações nas praças (realizadas no período de junho a setembro de 2011).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A manifestação do lazer na cidade

Compreendemos o lazer não por definição, mas com um conceito operacional:

[...] o lazer é entendido, portanto, como a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. É fundamental como traço definidor o caráter desinteressado dessa vivência. Ou seja, não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade ou pelo ócio (MARCELLINO, 2008b, p. 13).

Geralmente, o lazer é entendido como atividade de tempo livre, não séria, vazia, e é somente valorizado quando se torna uma atividade da moda ou um programa com alto custo, orientado pela organização da produção e consumo. Não que o lazer, entre as suas múltiplas possibilidades, não possa incluir o consumo, porém as pessoas devem ter opção e, para isso, precisam conhecer quais são as possibilidades de apropriação desse elemento. O modelo social, em grande parte das vezes, impõe ao lazer o mesmo caráter produtivo que rege o trabalho, valorizando o produto final, e não a sua elaboração (ALVES, 2007).

A elaboração e apropriação do lazer se dão pelo processo da educação e reflexão, pela satisfação e pelo desenvolvimento que essa manifestação provoca. O lazer é, assim, uma expressão cultural que deveria ter prioridade não somente no discurso, mas também e essencialmente na ação pública (ALVES, 2007).

Nesse sentido, além de um tempo disponível, é preciso um espaço adequado e voltado para o cotidiano, ou seja, o espaço urbano deve ser também o local para o lazer (MARCELLINO, 2008b).

Com relação à ligação espaço urbano e lazer, Marcellino (2008b) demonstra vários entraves, oriundos do crescimento inadequado das cidades, marcado pelo imediatismo e pela aceleração do desenvolvimento. Assim, pouco espaço restou destinado ao lazer, que acabou sendo entendido por grandes investidores como um produto e/ou mercadoria a serem adquiridos. Dessa forma, há uma tendência crescente à privatização de muitos espaços públicos de encontros e convívio, inclusive as áreas verdes que, como o próprio lazer, passam a ser “mercadorias”.

De acordo com Marcellino (2008b, p. 16),

[...] a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo.

Para o autor, o aumento desestruturado, a especulação imobiliária e outros fatores contribuem para que as cidades, tanto nos espaços quanto nas paisagens, sofram, em função da economia, uma deterioração, principalmente no que se refere à contemplação estética.

O espaço tornou-se utilitarista nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço já urbanizado, as transformações verificadas foram ditadas pelas relações sociais. Ao alterar a paisagem, o homem contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental urbano e provoca a perda das ligações afetivas entre o morador e o hábitat. Além disso, verificam-se a redução dos equipamentos coletivos e o aumento da distância do percurso entre casa e trabalho. Todas essas mudanças favorecem pequenos grupos sociais, em detrimento dos antigos moradores (MARCELLINO, 2008b).

Ainda, quanto aos espaços para lazer, notamos que as cidades são carentes e oferecem poucos locais equipados para vivência do lazer, com práticas esportivas e culturais. Os locais se representam por clubes, parques, campos de várzea, quadras ou ginásios, pistas de caminhada e praças. Os estudos apontam a necessidade de as cidades se estruturarem, pois o lazer urbano ainda é um dos mais representativos (MARCELLINO, 2001; MARIANO, 2008).

Requixa (1977, p. 73) aponta que “até mesmo por sobrevivência urbana o lazer despontaria, além de prioritário, como antídoto necessário para alguns males da urbanização”.

Mariano (2008), ao estudar o acesso ao lazer pela população da região metropolitana de Campinas (SP), concluiu que a grande parte dos equipamentos de lazer estão mais concentrados na cidade sede da região metropolitana, oferecendo mais equipamentos, entretanto ficando distante das residências das cidades menores, dificultando o acesso e apropriação do local pelas pessoas.

Segundo Marcellino (2008a, 2008b), quando se considera historicamente o lazer, é necessário reconhecer que, apesar dos avanços verificados quanto ao acesso aos bens culturais e uma otimização do tempo disponível, ainda hoje o cotidiano é marcado por limitações, tendo como base a questão econômica, provocando um “todo inibidor”, na participação das pessoas seja em méritos qualitativos e ou quantitativos, permeados pelos fatores de classe social, nível de instrução, faixa etária, gênero, entre outros, inclusive os de ordem cultural, como os estereótipos que reduzem a vivência do lazer, e reforçam o envolvimento pessoal com pouco engajamento, confirmando o consumo de “mercadorias”.

O lazer pode ser vivenciado em diferentes ambientes, e um deles é a praça, que historicamente fazia parte de áreas elitizadas das cidades ou ainda servia exclusivamente como espaço de passagem das pessoas.

As praças são vistas geralmente como local de acessibilidade. Algumas vezes, atitudes únicas e incomuns acontecem porque grupos de moradores as utilizam não apenas como forma de passagem, mas também como local para festividades da comunidade (MARCELLINO, 2000).

Atualmente, esse quadro parece ter mudado. Mesmo que alguns locais sejam vistos como “beco”, as praças vêm despertando a atenção e são constantemente vistas como pontos de encontro e submetidas a reformas e adequações (SANTOS, 2006).

Hoje a praça pode ser considerada como um espaço para a prática do lazer. No decorrer do tempo, as características desses lugares foram reformadas a fim de torná-los seguros e acessíveis.

Notamos que as praças são usadas pela comunidade como local para o lazer, entretanto o poder público não cumpre com as obrigações relativas à manutenção e promoção de ações nesses ambientes. Não há profissionais atuando nos locais, e o público predominante é de crianças.

É importante destacar que o lazer, como manifestação cultural, ainda que situado muitas vezes no espaço urbano, representa para os habitantes da cidade possibilidades de vivências culturais prazerosas que levam ao desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, caracterizando práticas educativas e significativas que podem conduzir a uma mudança de valores e contribuir para a autonomia do cidadão.

Dessa forma, é necessário melhorar os espaços e equipamentos que as cidades oferecem para a comunidade, estabelecendo políticas públicas concretas que favoreçam as práticas de lazer (MARCELLINO, 2007; ISAYAMA, 2007).

O lazer manifestado em jogos, brinquedos e brincadeiras

No estudo, foram observadas 30 crianças, 18 do sexo masculino e 12 do feminino, com faixas etárias variadas. Para a pesquisa, considerou-se a faixa etária dos 6 aos 12 anos.

As brincadeiras encontradas foram:

- *Casinha*: as meninas utilizavam carrinho de bebê, bonecas e bolsas, e a casa era feita no quiosque. Nas histórias criadas por elas, utilizavam a realidade do dia a dia na construção do mundo imaginário, como cozinhar, levar as crianças para escola, fazer lição de casa, hora de dormir, entre outras tarefas.
- *Escolinha*: nessa brincadeira, uma menina era professora, e as restantes, alunas. Cada uma tinha o próprio caderno, e a professora passava lição na lousa.

Aqui encontramos crianças brincando de faz de conta, jogo imaginativo denominado por Vygotsky (2003) de jogo de papéis. Facilmente se percebe que elas estão representando a realidade vivenciada, ou seja, reproduzindo aquilo que vivem ou conhecem.

Elkonin (1998, p. 36-37) traz argumento à discussão ao afirmar que a “base do jogo é social devido precisamente a que também o são sua natureza e sua origem, ou seja, a que o jogo nasce das condições de vida da criança em sociedade”.

A vida social é, então, a base do impulso imaginativo, pois “[...] os primeiros pontos de apoio que a criança encontra para o que será a sua criação futura são aquilo que vê e ouve, acumulando materiais que mais tarde serão usados nas construções da sua fantasia” (VYGOTSKY, 2009, p. 29).

Notamos que, nas brincadeiras, as crianças se divertem e criam situações a partir de suas realidades. Entretanto, não é possível afirmar com clareza quais eram as regras das brincadeiras, pois elas eram implícitas e referentes às normativas sociais, ou seja, as crianças atuavam de acordo com os papéis que representavam. Considerando esse tipo de comportamento infantil, Vygotsky (2003) afirma que a brincadeira infantil potencializa o desenvolvimento da criança, já que cria uma “zona de desenvolvimento proximal” que obriga a criança a agir de maneira superior à habitual.

Se, nos jogos de papéis, a sua estruturação acontece no desenrolar do enredo, nos jogos de regras, ao contrário, os acordos são realizados antecipadamente, pois as regras se apresentam explícitas.

Foi o que observamos nos jogos de regras encontrados:

- *Gol a gol*: trata-se de um jogo utilizado pelos meninos quando há poucos participantes. É jogado com dois participantes, um em cada gol. Os dois têm por objetivo chutar a bola em direção à trave do adversário na tentativa de converter um gol. Para iniciar a jogada, eles tiram par ou ímpar para ver quem irá começar com a posse de bola. O chute pode ser executado até a linha central da quadra. O jogador só irá passar essa linha quando seu chute for acertado na trave, sendo caracterizado como pênalti. Vence quem realizar três gols e este permanece no jogo, e o que perdeu troca de lugar com outro participante.
- *Chute ao gol*: um participante fica no gol, e o restante, em sua frente, em forma de meia-lua. Quem está na meia-lua, troca passes e, a qualquer momento, pode chutar no gol. Quem converter o gol trocará de lugar com o goleiro, porém, se o goleiro deixar a bola passar com facilidade, ele continuará na função de goleiro até acontecer o próximo gol. Algumas variações foram utilizadas para deixar o jogo mais dinâmico, como aumentar o número

de gols e quem acertar a trave troca de lugar com o goleiro mesmo sem ter realizado gol.

- *Jogo de futebol tradicional*: praticado por ambos os sexos. O time foi formado de acordo com o número de participantes existentes no momento, utilizando-se das regras “oficiais”. Jogaram meninos e meninas, predominando um número maior de meninos. Inicialmente, os meninos jogavam entre eles, mas, conforme as meninas iam se aproximando, eles “permitiam” que elas participassem dos jogos.
- *Reba (rebatida)*: é jogada em duplas, uma dupla na defesa (goleiro) e a outra no ataque. A dupla de ataque tem direito a três chutes que podem ser acertados em três situações: 1. direto ao gol, valendo um ponto; 2. rebatida do goleiro, valendo dois pontos; e 3. acertar a trave, valendo três pontos. Porém, a dupla de goleiro pode ter posse de bola a qualquer momento, pois um fica defendendo e o outro se prepara na lateral da trave à espera da rebatida do goleiro para tentar disputar a bola e ter sua posse. Caso isso aconteça, trocam-se as funções dos jogadores.

Segundo Scaglia (2005), o futebol, mesmo alcançando o *status* de esporte, não deixou de ser jogo. Todos os jogos de bolas com os pés são oriundos de cultura lúdica, o futebol é um desses jogos que, no decorrer do tempo, passaram por constantes ressignificações, dando origem a novos jogos e brincadeiras. Em nossa cultura, o futebol é um jogo bastante apreciado pelas crianças, pois não exige grande elaboração em relação ao espaço, como a substituição frequente da trave por tijolos, madeiras ou até mesmo chinelos.

Outro jogo que surgiu foi o de tabuleiro denominado *bingo*, no qual as crianças se dividem em uma chamadora e as restantes que irão marcar são as cartelinhas. Esse jogo tem por objetivo o preenchimento completo da cartela pelos números sorteados. O jogo aconteceu no quiosque, e a premiação para quem completasse primeiro a cartela eram folhas de árvores caracterizadas como dinheiro.

Vale ressaltar que, com base em Caillois (1990), encontraram-se, nas observações realizadas, três categorias de jogos diferenciadas: de competição (*agôn*), como os jogos de futebol, de simulação (*mimicry*), como o brincar de casinha e escolinha, e os jogos de sorte (*alea*), como o bingo. Os jogos de competição trazem em si o desafio pelo desejo de vencer o jogo, e os de simulação agradam as crianças porque o prazer em jogar está justamente na representação. Já os de sorte não agradam tanto as crianças, todavia, na brincadeira de sorte apresentada, observamos que está associada à categoria do jogo de simulação quando os participantes utilizam as folhas de árvores como dinheiro.

Numa mesma brincadeira, encontramos uma ou mais categoria de jogos, o que reforça a característica de complexidade de interpretação que esta atividade tem. Para Kishimoto (1999), o jogo pode ser considerado um conjunto de regras, um contexto social e até mesmo como objeto. A mesma autora ainda caracteriza o jogo tradicional infantil pela presença de algumas características como a tradição, a mudança (dependendo do contexto em que está inserido) e o anonimato, cuja transmissão ocorre fundamentalmente pela oralidade (KISHIMOTO, 1998).

Todavia, o espaço e tempo para a vivência das brincadeiras, especialmente as coletivas, têm diminuído. Para Usova (1979), o jogo coletivo, pela possibilidade de interações e acordos que se estabelecem, permite a auto-organização da criança e contribui para o desenvolvimento social dela. Assim, considerando as mudanças das brincadeiras das crianças na atualidade, é necessário criar espaços onde as crianças possam jogar com outros parceiros que as instiguem a trabalhar em níveis superiores de pensamento.

Para brincarem, as crianças apoiam-se em brinquedos ou, como afirma Vygotsky (2003), o brinquedo é o pivô do pensamento. Para Kishimoto (1998), o brinquedo é o objeto que pode ser manipulado, em substituição a objetos reais, como suporte para as brincadeiras.

Quanto aos brinquedos, foram encontrados: bolas de futebol, cartelinha de bingo, caneta, bonecas, carrinho de bebê, bolsas, maquiagem, panos para fazer a cama, livros, lápis, cadernos, uma lousa e pipas.

Por tratar-se de férias escolares do mês de julho, a cultura na cidade, nessa época, é soltar pipa. Cada criança tinha sua pipa e um carretel de linha. Quando a pipa rasgava ou as crianças perdiam a rabiola, elas mesmas a consertavam.

A pipa pode ser considerada como jogo, brincadeira ou brinquedo. Consideramos jogo quando se utiliza o cerol com o objetivo de cortar a linha do outro, enfatizando uma competição; brincadeira quando a criança brinca sozinha sem nenhuma interferência; e brinquedo como suporte ao jogo e à brincadeira.

Segundo Alves (2002), o brinquedo se torna um elemento desafiador para criança, e isso lhe causa prazer; a pipa como brinquedo é desafiador, pois as crianças tendem a lutar contra o vento e, por isso, passam a medir forças com ele; sem esse desafio, a brincadeira perde a graça.

Os brinquedos utilizados nos jogos e nas brincadeiras fazem com que a criança se sinta desafiada a superar o próprio brinquedo, e isso é encantador e prazeroso.

Ao observarmos como as crianças brincam e jogam em seu tempo de lazer, notamos que elas utilizam o brinquedo de acordo com as duas formas indicadas pelos autores: como suporte, para jogos de bola ou brincadeira de casinha, e como desafio, no criar e soltar a pipa.

As políticas públicas de lazer relacionadas a jogos, brincadeiras e brinquedos

Marcellino (2000) indica que, entre as diversas tradições que vão sendo esquecidas, incluem-se os jogos, as brincadeiras e os brinquedos das crianças, que acabam sendo substituídos por outros elementos culturais prontos, muitas vezes veiculados pela mídia. Segundo o autor, a criança como produtora de cultura torna-se uma consumidora, reduzindo seu amplo repertório que poderia ser criado e ampliado para a aquisição de produtos. Nesse sentido, compensa-se “a falta de criação cultural da própria criança por uma produção cultural para a criança” (MARCELLINO, 2000, p. 42).

Das várias consequências já conhecidas (eliminação de brinquedos construídos pelas crianças, insignificância da história, preparo para um futuro desconhecido, consumo de uma cultura pronta etc.), talvez a mais importante seja a falta de encontro, aproximação e troca de significados entre as crianças, a ausência do coletivo (MARCELLINO, 2000).

Notamos que, nas duas praças observadas, ainda que em pequena quantidade, as crianças se reúnem, brincam, jogam e podem criar suas atividades. Existe um encontro coletivo, com diferentes faixas etárias, que oferece condições para elas avançarem na educação para e pelo lazer, ampliando repertório e essencialmente vivendo a fase de vida da infância. Sabemos também que seria necessária uma ação conjunta que verificasse em larga esfera se existe esse encontro coletivo informal das crianças.

Marcellino (2000, 2008a) indica que não é saudosismo preservar, revitalizar e conservar os jogos, as brincadeiras e os brinquedos, e não podemos desconsiderar os avanços tecnológicos, entretanto o autor alerta para a importância de a criança ter seu tempo e seu espaço (furtado por elementos já discutidos) para construir, produzir sua cultura e não ser meramente espectadora e consumidora de produtos.

Para tal necessidade ser atendida, apontamos a elaboração de políticas de intervenção que tenham como foco oferecimento de condições, como espaço, tempo, segurança, profissionais, entre outros, para sistematizar e organizar a produção cultural da criança, sem desconsiderar outras possibilidades que podem se somar a esse processo de construção de patrimônio cultural.

A ausência de uma política específica para atender à necessidade da população retoma ao paradigma de que o lazer não é uma necessidade, mas sim um desejo que não precisa ser prioritariamente atendido ou ainda é visto como um tempo somente de diversão e descanso, ou uma opção para praticar qualquer tipo de atividade, eventos de massa ou atividades recreativas que não precisam ser ligadas à cultura nem oferecidas como um direito do indivíduo.

Entendemos as políticas públicas como ações formuladas pelo poder público com as comunidades que se desdobram em planos, programas, projetos etc., para atender às necessidades e demandas geradas pela comunidade (SOUZA, 2006).

No caso do lazer, política pública deve ser entendida como um conjunto de ações que vai além das atividades, que geralmente são isoladas e descontextualizadas; entretanto, representa a redução de jornada de trabalho – sem redução de salários, reordenação do tempo, política de transporte urbano, de reordenação de solo – urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, inclusive a moradia e seu entorno; e finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalhar de forma eficiente e atualizada (MARCELLINO, 2001).

Para implantar uma política pública de lazer, é necessário mais que um rol de atividades. Uma política pública de lazer envolve discussões sobre a reordenação do tempo na cidade e a necessidade de minimizar as barreiras que contribuem para o “todo inibidor” para a prática do lazer (como já apontado anteriormente). Trata-se de avançar na ressonância social do lazer, para que este seja visto como um direito social (MARCELLINO, 2001).

Segundo Marcellino (2001), são necessárias estratégias de ação para mudanças de quadros. Portanto, cabe aos setores público (governamental e não governamental) e privado o estabelecimento de políticas de intervenção, de modo a enfrentar a situação e assegurar o direito constitucional do acesso ao lazer a toda a população, apesar das barreiras interclasses sociais (econômicas, sociais e de instrução) e intra-classes sociais (faixa etária, gênero, violência, acesso a espaços e equipamentos, estereótipos e outras) que dificultam a inclusão social no âmbito do lazer.

No caso das crianças, a praça pode ser uma opção de espaço mais seguro para vivências lúdicas dos jogos e das brincadeiras. A realização de qualquer atividade de lazer deve ser considerada como um facilitador que amplia valores em tempos e com atitudes que gerem satisfação aos praticantes de diversos locais.

Nesse sentido, para o poder público poder sistematizar essas atividades das crianças, ele deve permitir sua espontaneidade, oferecer praças mais equipadas, limpas, conservadas e seguras, estabelecer ações políticas como as comunidades e atender às necessidades e aos desejos relacionados à perspectiva do lazer.

Dessa forma, um plano de ação pautado numa política de lazer poderia mudar esse quadro, contribuindo para educação para e pelo lazer. Nesse sentido, observamos, no decorrer do estudo, que, embora as praças sejam utilizadas pelas crianças para expressões de atividades que lhes são próprias, o poder público local se mantém ausente, o que evidencia a falha de ações pedagógicas para esse grupo e para comunidade como um todo.

Não defendemos a ocupação dos espaços por profissionais que sistematizem de forma regrada as atividades da comunidade, mas propomos ações que sejam geradas pela comunidade, incluindo as crianças, e que possam ser organizadas de forma a elevar a vivência da cultura local, alcançando uma consciência crítica e criativa que ofereça respostas para necessidades e desejos das comunidades, estabelecendo novos valores que reflitam diretamente no cotidiano das pessoas.

Cabe lembrar, portanto, que o lazer não pode ser desvinculado de toda a problemática social e que sozinho ele não é capaz de transformar vidas e de torná-las qualitativamente melhor. Assim, pensar o lazer numa perspectiva abrangente e contextualizada não significa desconsiderar a possibilidade de que ele também possa constituir-se em estratégia de manipulação e controle social, e muitas vezes esse sentido lhe é atribuído. É necessário repensar essas visões por meio da sistematização de conhecimentos e da realização de pesquisas e aplicação das políticas que tratem do tema de maneira crítica e criativa, principalmente no que se refere aos diferentes sujeitos da sociedade (ALVES; ISAYAMA, 2006).

Com base nesse pressuposto, é preciso considerar o jogo, a brincadeira e os brinquedos das crianças possibilidades educativas que continuam a fazer parte da cultura da infância como direito adquirido.

Contudo, essa complexidade deve ser entendida como ponto de partida para as políticas. Para que possamos construir as ações das políticas públicas, é imprescindível que sejamos capazes de considerar a diversidade e heterogeneidade, e inventar, analisar e interpretar os canais de participação. Para Souza (2006), políticas públicas referem-se a um campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação”, analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas intervenções. As políticas públicas, portanto, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas; podem ou não ser propostas por um governo.

Nesse sentido, a política pública de lazer precisa ser amplamente compreendida, e partimos inicialmente da compreensão da política social que muitas vezes se confunde e inclui as públicas em duas perspectivas:

- Em Demo (1993), recorremos à política social que significa um esforço organizado da redução das desigualdades sociais, compreendida como proposta do Estado e observada do ponto de vista dos interessados, gerando a conquista da autopromoção.
- Freitag (1989) faz algumas críticas às políticas sociais quando aponta as características dialéticas delas, pois, muitas vezes, não produzem o originalmente intencionado. O papel das políticas sociais deve ir além do assistencialismo

e não se restringir aos “carentes”, mas voltar-se a programas de habitação, transporte, saúde, estabilidade de emprego e salário. Não cabe às políticas sociais apenas prestar serviços à estabilidade do sistema, mas evocar seu desenvolvimento. Para a autora, a política social é certamente fruto de intervenções do Estado.

O Estado (representado essencialmente pelo setor governamental, mas que se complementa com o privado e o não governamental) é um dos principais originadores das políticas sociais.

Nesse sentido, é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para uma política de democratização cultural. Torna-se assim muito importante a relação que se estabelece entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de esporte e lazer, de modo a verificar o comportamento de praticante e espectadores, o uso de equipamentos específicos e não específicos, as modificações ou adaptações e expectativas de atuação profissional e a busca por atender aos anseios dos indivíduos (MARCELLINO, 2001, 2007).

A política pública de lazer não deve ser compreendida como uma lista de atividades e eventos, um produto final que, muitas vezes, resulta em programações vazias e de cunho assistencialista e com objetivos políticos. É fundamental que haja uma política capaz de envolver o ser humano em todas as suas esferas e torná-lo o principal produtor de cultura. Nesse sentido, as práticas do cidadão devem ter significados para que ele possa vislumbrar a possibilidade de transcendência, ir além do que a própria realidade apresenta e alcançar níveis de criticidade e criatividade por meio do espaço e da vivência de lazer (ALVES, 2007).

Portanto, acrescentamos que as políticas públicas de lazer deveriam ser formuladas (pelos sistemas governamentais, não governamentais, com participação ativa da comunidade organizada), implementadas (por instituições públicas e privadas) e, quando postas em prática, submetidas ao acompanhamento (controle, monitoramento externo), contando com processo de formação e capacitação dos profissionais (responsabilidade das instituições), processos avaliativos (internos e externos) e financiamento (de diversos setores).

CONCLUSÃO

Notamos que, nos jogos das crianças, predominou o futebol com algumas variações. A brincadeira de casinha foi a mais praticada, e os brinquedos tiveram algumas variações. Percebemos ainda que os jogos, os brinquedos e as brincadeiras

encontrados são oriundos da cultura local, das experiências das próprias crianças e de elaborações influenciadas pelos adultos.

É possível afirmar que as crianças precisam de mais espaços seguros e “livres” para brincar. E a presença de um profissional que ajude na organização e educação para construção cultural nesses momentos é essencial. Esse profissional atuaria como incentivador, mediador e educador, de modo a permitir a criação e expressão das crianças, pois, nas observações feitas, a falta de novos repertórios de jogos, brinquedos e brincadeiras resultou, em geral, na repetição constante dessas atividades. Nesse sentido, o profissional do lazer poderia intermediar a cultura criada pela própria criança e a cultura como patrimônio da humanidade, concretizando uma ação educativa e cultural.

E um dos elementos que mais chamaram a atenção da pesquisa foi a urgente necessidade de elaboração de políticas públicas de lazer na cidade, não somente com as crianças, mas também com ações que atendam à comunidade em todo seu conjunto.

Concluimos que deve existir, como propõe Marcellino (2008b), a crítica, pois, por meio dela, novas construções podem surgir, e destacamos também que não existem soluções prontas, acabadas, principalmente em questões macro, como é o caso da cultura, localizada na superestrutura. Assim, seria equivocado lutar com modelos prontos, mas é preciso pensar em uma construção coletiva, por meio de canais participativos.

No campo do lazer, a construção coletiva pode ocorrer por meio da educação e vivências prazerosas e divertidas, que contribuam para superação das condições de vida momentâneas, para níveis elevados de experiências populares, que avancem em conquistas culturais e morais e permitam a apropriação do direito ao lazer pelo cidadão.

PUBLIC POLICIES OF LEISURE: GAMES, TOYS AND CHILDREN'S GAMES IN SQUARES IN THE ARARAS CITY

Abstract: This work combined field research, literature and documents. Aimed to identify the practices of games, toys and play made by children as a form of leisure in public squares and actions around these elements. To this end, we chose two public squares in a city in the state of São Paulo. The study found that the squares are used as leisure equipment, representing a significant space for people to enjoy recreational experiences and proved as an option for safer space experiences of games and pranks. We

highlight the following games: kite, soccer, play house of the “reba”, bingo, and more. Also detected the absence of public policies, as the equipment of the squares are in a state of disrepair and there is no professional intervention actions.

Keywords: play and games; leisure; public square.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. **O papel do profissional de Educação Física como intermediário entre o adulto e o lúdico**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

ALVES, C.; ISAYAMA, H. F. Considerações sobre o lazer na idade adulta. In: MARCELLINO, N. C. **Repertório de atividades por fases da vida**. Campinas: Papirus, 2006.

ALVES, R. **Cenas da vida**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2002.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ELKONIN, D. B. **Psicologia do jogo**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 447 p.

FAVETTA, M. F. M.; SCHICCHI, M. C. S. Inventário do patrimônio histórico de Araras: contribuição à discussão metodológica. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 17, 2012, PUC, Campinas, **Anais...** Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/websist/portal/pesquisa/ic/pic2012/resumos/2012824_12159_965912203_resari.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2013.

FREITAG, B. **Política educacional e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Araras. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo e brincadeira**. São Paulo: Pioneira, 1998.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Cortez, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

MARCELLINO, N. C. Lazer e cultura. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e cultura**: algumas aproximações. Campinas: Alínea, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2008a.

MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008b.

MARIANO, S. H. **Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas**. 2008. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: Sesc, 1977.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. **R. RA´E GA**: o espaço geográfico em análise, Curitiba, v. 11, n. 11, p. 25-33, 2006.

SCAGLIA, A. O futebol e as brincadeiras de bola com os pés: todos semelhantes, todos diferentes. In: VENÂNCIO, S. O.; FREIRE, J. B. (Org.). **O jogo dentro e fora da escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, D. A. M.; MARCELLINO, N. C. Considerações sobre o lazer na infância. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e recreação**: repertório de atividades por fases da vida. Campinas: Ícone, 2006.

SOUZA, C. Políticas públicas uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

USOVA, A. P. **El papel del juego em la educacion del niños**. Habana: Pueblo y Educacion, 1979.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos superiores. Organização Michael Cole et al. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A imaginação e a arte na infância**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Olho d'Água, 2009.

Contato

Cathia Alves
E-mail: cathiaal@hotmail.com

Tramitação

Recebido em 12 de fevereiro de 2013
Aceito em 10 de julho de 2013